



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA Nº 218 DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP - GESTÃO 2017/2018 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito (08/08/2018) às 13h30 (treze horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência de Itajaí, reuniram-se em sessão ordinária os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência do Conselheiro Dr. Vitor Paul Woyakewicz. Compondo o quórum estavam presentes os Conselheiros: Dra. Caroline de Melo, o Sr. Alcides Volpato, o Sr. Maurício José da Silva, a Sra. Constância da Silva Anacleto, a Sra. Jaci Rochi da Luz, o Sr. Fernando Castellón Filho e o Sr. Ivo Olampio Vicente. Registrada a presença da Sra. Diretora Presidente do IPI Prof.^a Maria Elisabeth Bittencourt. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA 217/2017:** Após cumprimentar a todos os presentes, o Presidente do CMP abriu a reunião e submeteu a Ata 217, da décima nona reunião ordinária deste colegiado, aos conselheiros que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade. Ficou aprovado pelos conselheiros que ata será discutida previamente por email para otimizar os trabalhos das reuniões ordinárias, dispensando a sua leitura nas próximas reuniões, ressalvado o direito dos conselheiros ainda solicitarem alguma alteração no dia da aprovação. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** O Presidente do CMP registrou a presença do Sr. Jean Polidoro, membro do Comitê de Investimentos do IPI, que trouxe informações sobre a atual situação financeira no Brasil. Explicou que o cenário no Brasil hoje com os candidatos à Presidência faz o mercado oscilar de acordo com as pesquisas de intenções de voto, destacando também que a relação dívida versus PIB do Brasil está muito alta o que também traz oscilação no mercado. Com relação ao relatório do COPOM divulgado esta semana, destacou que a perspectiva de aumento da taxa SELIC é para 2019, chegando ao final do ano com tendência de 8%. O Sr. Jean alertou que diante destas informações, e se elas se manterem e confirmarem, o IPI terá que cada vez mais arriscar em investimentos para alcançar a meta atuarial, ou, desde já, entender que não será possível alcançá-la. A Diretora Presidente do Instituto pediu a palavra para informar aos conselheiros que no dia 06/09/2018 acontecerá a primeira aula de Educação Previdenciária para os servidores do Município de Itajaí, e que estas aulas ocorrerão todas as quintas-feiras até o dia 12/12/2018 para que possa atingir todos os servidores. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: DEFINIÇÃO DO PAGAMENTO DO JETON DOS CONSELHEIROS:** A Diretora Presidente do Instituto informou que para não haver mais atrasos no processamento do pagamento do Jeton, solicitou ao Conselho o prazo de até 7 dias para pagamento. Em deliberação, entendeu-se razoável a solicitação diante dos procedimentos de empenho e tramites bancários necessários, os conselheiros concordaram com o prazo. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: COMPRA DO IMÓVEL DO IPI – OFÍCIO DO VEREADOR ANGIOLETTI E REUNIÃO CONVOCADA PELO IPI:** O Presidente do CMP informou aos conselheiros sobre o ofício do Vereador Rubens Angioletti ao IPI, solicitando uma Assembleia Geral dos Servidores para aprovação da compra do imóvel. Também se registrou que o IPI, através da sua Diretora Presidente, convocou uma reunião na semana anterior, dia 27/07/2018, em que foi solicitada a presença do representante do CMP pelo seu Presidente, o representante do Conselho Fiscal pelo seu Presidente, o representante do

Comitê de Investimentos pelo conselheiro Marcelo Pereira, o representante do Sindicato, da ASPAMI, da ASPMI, pelos seus representantes no CMP, visando debater o ofício do Vereador e firmar uma posição sobre a necessidade ou não de providenciar a referida solicitação de assembleia, sendo que a maioria concordou com a continuação do tramite na Câmara independentemente da realização de Assembleia, registrando a posição do Presidente do CMP e do representante do Sindicato no sentido de atender a solicitação do vereador. O Presidente do CMP registrou que, até a presente data desta reunião ordinária do CMP, o Vereador Calinho Mecânico apresentou duas emendas ao projeto que está na Câmara de Vereadores, solicitando a licitação para compra do terreno e, no mesmo sentido da solicitação do Vereador Angioletti, a realização de uma Assembleia com os servidores. O Presidente colocou em discussão o assunto mantendo a sua posição e orientação para atendimento das solicitações dos vereadores, sendo seguido pelo representante do Sindicato. A Diretora Presidente do Instituto informou que o projeto está tramitando nas comissões da Câmara de Vereadores e que deverá ser votado na próxima sessão. O conselheiro Ivo defendeu ser desnecessário a realização da assembleia pois a compra já está decidida e votada no CMP com os representantes das entidades e dos servidores, e sendo assim deve seguir o tramite na Câmara sem a posição do representante da ASPMI também foi seguida pela conselheira representante da ASPAMI. O conselheiro Fernando concordou com o Presidente do CMP e solicitou o sobrestamento do projeto na Câmara para a realização de assembleia, ressaltando que o Sindicato não é contra a compra do terreno, mas que acha necessária a participação dos servidores em assembleia para debater o assunto. O Conselheiro Ivo ressaltou que a compra do terreno está sendo reiterada por diversas gestões do IPI e do CMP, já havendo uma escolha que está aprovada pelo CMP e pelo Comitê de Investimentos. O Conselheiro Ivo ressaltou que já está aprovado pelo CMP, e que não é necessário fazer a assembleia se os próprios representantes do governo e dos servidores estão compondo o Conselho. O Presidente do CMP e o representante do Sindicato mantiveram a posição de atender as solicitações dos vereadores, mesmo que o CMP já tenha se pronunciado, entrando em questão ponderações sobre a competência do CMP e o processo de escolha e de aprovação. O Conselheiro Ivo afirmou sua posição e que essa questão é de semântica, sendo que a escolha está definida e o conselho já a aprovou. Os membros Maurício e Volpato, representantes do Governo, concordaram com o representante da ASPMI, sendo que as questões pendentes não são mais da competência do CMP e que o procedimento de compra deve ter seguimento. A Diretora Presidente do Instituto ressaltou que a questão da assembleia pode ser discutida novamente no CMP após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara, uma vez que o projeto se trata apenas de autorização para compra e que após a aprovação pelos vereadores haverá ainda um novo processo administrativo no IPI para efetivar a compra do terreno, em que outros procedimentos serão adotados, nova juntada de documentos e comprovações necessárias, e sendo assim o CMP poderá discutir a necessidade ou não de assembleia nesta oportunidade. A Diretora Presidente afirmou que a Diretoria Executiva processou o processo de compra do terreno de acordo com as orientações e pareceres da procuradoria do IPI. A Diretora Presidente do IPI questionou se a procuradoria acrescenta o entendimento sobre a assembleia, que em resposta afirmou entendimento de que deveria realiza-la previamente na forma solicitada pelos vereadores. Os conselheiros debateram sobre qual seria o melhor procedimento a ser adotado e a Diretora Presidente do Instituto afirmou que trouxe estas questões ao CMP para auxiliá-la nas decisões e que da mesma forma solicita orientação sobre o projeto que se encontra na Câmara de Vereadores. Após o amplo debate sobre o assunto, chegou-se a duas propostas que foram colocadas em votação da seguinte maneira: Proposta nº 1: “Segue o processo na Câmara de Vereadores e volta ao CMP antes da compra para verificar se será feita audiência/assembleia ou não antes da efetiva compra do terreno”. Proposta nº 2: “Que seja sobrestado o processo legislativo e seja realizada a assembleia

com os servidores antes da votação na Câmara de Vereadores”. A primeira proposta foi aprovada por maioria, registrado o voto do Presidente do CMP e do Conselheiro Fernando na segunda proposta. **ASSUNTOS GERAIS:** O conselheiro Maurício entregou aos demais conselheiros um relatório sobre o balanço patrimonial do IPI do exercício de 2017 para que todos possam ler e discutir na próxima reunião. Nada mais havendo, foi encerrada a vigésima reunião ordinária deste colegiado. Eu Caroline de Melo, Secretária, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 08 de agosto de 2018.

VITOR PAUL WOYAKEWICZ
PRESIDENTE

CAROLINE DE MELO
SECRETÁRIA

ALCIDES VOLPATO

CONSTÂNCIA DA SILVA ANACLETO

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA

IVO OLAMPIO VICENTE

FERNANDO CASTELLÓN FILHO

JACI ROCHI DA LUZ